



1 **Ata da 11ª Sessão Plenária Ordinária de 2015**  
2 **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP**

3 Aos 12 de novembro de 2015, no “Auditório Rosário I” do Hotel Confort Downtown, situado na Rua  
4 Araujo, 141, São Paulo - SP, teve início às 15h30 a 11ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de  
5 Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente do conselho  
6 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**. Assinaram a lista de presença 57  
7 (cinquenta e sete) conselheiros, sendo 52 (cinquenta e dois) conselheiros titulares, 4 (quatro)  
8 suplentes em exercício da titularidade, sendo: Luis Felipe Xavier, Célio José Giovanni, Douglas  
9 Ellwanger e Eduardo Sampaio Nardelli e 1 (um) suplentes de conselheiro titular. A Sessão  
10 Plenária contou ainda com a presença do conselheiro federal do CAU/BR por São Paulo Renato  
11 Luiz Martins Nunes e do ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **A) VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Foi  
12 verificado quórum de 50 (cinquenta) conselheiros entre titulares e suplentes no exercício da  
13 titularidade para o início dos trabalhos, conforme consta na lista de presença. Para compor à  
14 mesa, o Presidente convidou o vice-presidente Valdir Bergamini, o conselheiro federal do CAU/BR  
15 por São Paulo Renato Luiz Martins Nunes e o ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **B) ABERTURA**  
16 **DA 11ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP DE 2015. C) EXECUÇÃO DO HINO**  
17 **NACIONAL BRASILEIRO.** O Presidente informou que como já havia sido realizada a execução do  
18 Hino Nacional Brasileiro na presente data, não haveria necessidade de uma nova execução. Na  
19 sequência, o presidente passou a palavra para o Conselheiro federal do CAU/BR por São Paulo  
20 Renato Luiz Martins Nunes que saudou a todos e informou que o processo de trabalho em Brasília  
21 tem contado com muitas reuniões e com muitas coisas por serem feitas. Enfatizou a presença  
22 continua do Presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, no Congresso tratando principalmente da  
23 questão do RDC (Regime Diferenciado de Contratação), em companhia do SINAENCO na luta  
24 pelo veto da Presidente Dilma do processo aprovado. Informou que as duas frentes principais em  
25 Brasília tem sido o Congresso, e internamente a busca por modificações no SICCAU, onde a  
26 colega Mirna deixou a Coordenação e o novo coordenador deve introduzir uma nova dinâmica.  
27 Informou que a principal preocupação da comissão de ética do CAU/BR, com relação ao SICCAU,  
28 é a implantação do módulo ético, que objetiva absorver, em nível nacional, todas as ocorrências  
29 dos profissionais disponibilizando uma série de informações. O módulo ainda não está pronto,  
30 principalmente por dúvidas em como tratar as informações sigilosas, mas de maneira geral, o que  
31 está sendo trabalhado é a clareza do SICCAU como um todo, com uma linguagem mais simples  
32 para os arquitetos. Foi enfatizado o aprimoramento do Data Center, inclusive com a  
33 disponibilização de recursos, e para 2016 haverá muitas novidades na área de informação e de  
34 registro. Ressaltou que há muitos recursos de ordem ética, principalmente de processos  
35 provenientes de São Paulo e Minas Gerais, o que mostra a dificuldade dos CAUs menores em  
36 tratar essas questões até mesmo por possuir poucos conselheiros. Nesse sentido, solicitou às  
37 Comissões, que disponibilizassem suas experiências aos CAUs menores contribuindo com o  
38 trabalho do CAU como um todo. O Presidente do CAU/SP **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**



39 **OLIVEIRA BELLEZA** enfatizou a importância da participação do Conselheiro Federal na Plenária  
40 do CAU/SP tendo uma interlocução mais próxima perante à instituição Nacional. **D) APROVAÇÃO**  
41 **DA ATA DA 9ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 17/09/2015.** O Presidente ressaltou que o  
42 CAU/SP ainda não finalizou o processo licitatório para contratação de uma empresa que realize a  
43 confecção das ATAs, pois conforme informe da 10ª Plenária, a empresa contratada na licitação  
44 anterior abandonou o serviço, o que resultou na abertura de um processo de interrupção de  
45 contrato e abertura de novo processo licitatório. Ressaltou que todos os processos de compras do  
46 CAU/SP se encontram no portal de transparência no site. Informou que a ATA da 9ª Plenária  
47 Ordinária foi confeccionada pelos funcionários do CAU/SP e que ela havia sido enviada a todos os  
48 Conselheiros. Perguntou se algum Conselheiro gostaria de se manifestar, não havendo  
49 manifestações, o Presidente colocou em votação a aprovação da ATA da 9ª Plenária Ordinária do  
50 CAU/SP. Encerrada a votação, houve 52 (cinquenta e dois) votos a favor, nenhum voto contrário e  
51 nenhuma abstenção. **APROVADA** a ATA da 9ª Sessão Plenária Ordinária. **E) APROVAÇÃO DA**  
52 **ATA DA 10ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 15/10/2015.** O Presidente informou que pela  
53 mesma razão relatada anteriormente não foi possível a apresentação e aprovação da ATA da 10ª  
54 Sessão Plenária Ordinária, que será trazida na próxima sessão Plenária. **F) INFORMES DO**  
55 **PRESIDENTE.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**  
56 primeiramente informou que a Diretoria de Ensino e Formação do CAU/SP tem recebido uma série  
57 de solicitações de palestrantes para as instituições de ensino, em que o CAU/SP tem sido  
58 representado conforme se segue: Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro,  
59 Conselheiro Reginaldo Peronti; Centro Universitário Padre Anchieta – UNI Anchieta, Conselheira  
60 Rosana Ferrari; Universidade Paulista São José do Rio Preto, Conselheiro Claudio Ferreira;  
61 Faculdade dos Grandes Lagos – UNILAGO, Conselheiro Claudio Ferreira; Universidade Paulista  
62 Campus Assis, Conselheiro Vinicius Dias; Universidade Católica de Santos – UNISANTOS,  
63 Conselheiro Gustavo Melo; Universidade Anhanguera – Campus ABC, Conselheiro Roberto  
64 Moreno; Universidade Paulista – Campus Indianópolis, Conselheiro Gilberto Belleza; Centro  
65 Universitário Anhanguera – Campus Campo Limpo – UNIAN-Campo Limpo, Conselheiro Paulo  
66 André Cunha Ribeiro. Subsequente, informou que o Conselheiro Lucio Gomes Machado solicitou  
67 informações sobre processos de exercício ilegal da profissão por profissionais estrangeiros e  
68 outros profissionais listados pelo Conselheiro, para ciência dos Conselheiros os processos são: 1)  
69 EZ MARK e EZTEC, cujo autor é o arquiteto uruguaio Carlos Ott. O processo está em análise para  
70 reabertura, devendo ser encaminhado pelo departamento jurídico, através da Diretoria Técnica,  
71 para ser reaberto conforme decisão Plenária. O processo possui três interessados: A EZTEC, o  
72 arquiteto uruguaio Carlos Ott e o arquiteto e urbanista Silvio Hidemi Iamamura. 2)  
73 Empreendimento Forma Itaim, cuja divulgação foi feita através do arquiteto espanhol Fermín  
74 Vazquez. Foram abertos quatro processos, sendo: interessado: Escritório B720 Fermín Vazquez,  
75 encaminhado à Comissão Permanente de Ética; o interessado o Escritório B720 Fermín Vazquez,  
76 ausência de registro; interessado o Arquiteto Felipe Conrado de Gerone, acobertamento praticado  
77 por arquiteto; interessado GR Properties, ausência de registro no CAU. Todos estão em aberto e



78 para relato de Conselheiro. 3) Empreendimento Vitra da incorporadora JHSF, arquiteto indicado  
79 como autor do projeto: Daniel Libeskind foram abertos dois processos, 1º interessado: Arquiteta  
80 Luciana Lins Nascimento pelo acobertamento praticado por arquiteto, 2º interessado:  
81 incorporadora JHSF por ausência de registro no CAU. Com relação ao Sr. Marcelo Rosenbaum,  
82 foram abertos dois processos no CAU, e ambos foram arquivados. O Processo do Sr. Philippe  
83 Starck e outro do Escritório TripTyque, estão sendo apurados juntos com novos casos da EZ  
84 Towers, da Incorporadora EZTEC e assinado pelo Arquiteto Carlos Ott. Na sequência, o  
85 Presidente informou de que foi iniciado o procedimento de instalação de 52 pontos de consulta e  
86 acesso às normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, sem custo,  
87 espalhados pelo estado de São Paulo previstos no Convênio do CAU/SP com a ABNT. Os pontos  
88 foram instalados em entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil, Sindicato de Arquitetos,  
89 Associações de engenheiros e Arquitetos, SINAENCO e outras entidades ligadas à arquitetura e  
90 urbanismo, listados através da Diretoria. Vinte entidades confirmaram a participação. Na  
91 sequência, justificou a ausência do Diretor Técnico, Diretor Técnico Adjunto e dos membros da  
92 Comissão de Exercício Profissional, com exceção do Conselheiro Claudio Ferreira, que estavam  
93 participando de um seminário de exercício profissional em Brasília, organizado pelo CAU/BR.  
94 Informou ainda que na data de 17/11/2015 foi feita a licitação para a contratação de plano de  
95 saúde para os funcionários do CAU/SP sendo a Amil a empresa vencedora, e na data de  
96 18/11/2015 a licitação de contratação da empresa gráfica para impressão de material necessário à  
97 distribuição aos profissionais. Lembrou aos Conselheiros que no site do CAU/SP está disponível  
98 na barra superior, o link para conhecimento de todas as sanções aplicadas aos profissionais,  
99 oriundas desse Conselho, que não foram questionadas nem vencidas na Plenária do CAU/BR,  
100 resultando em uma ampla divulgação das sanções aplicadas, inclusive nos casos de sanção ética  
101 por cobrança de reserva técnica. Informou que foi aprovado na reunião de Diretoria o  
102 procedimento da “Regional Itinerante”, com o objetivo de aproximar o CAU/SP de todos os  
103 profissionais e aproveitar a estrutura das 10 sedes regionais que o CAU/SP possui. O  
104 Procedimento contempla a visita do Gerente Regional, uma vez por semana, a uma cidade que  
105 pertença à sua região e faça o atendimento aos profissionais dessa cidade. Ressaltou que esse  
106 procedimento será iniciado no início no próximo ano, e que sugestões que os Conselheiros  
107 possam fazer são bem vindas. Finalizou os informes falando sobre a organização da Conferência  
108 Estadual, enfatizando que já foram realizadas as Conferências Regionais em todas as cidades das  
109 sedes regionais e na capital, que contou com a participação em torno de 50 a 100 profissionais, o  
110 que possibilitou uma troca de informações entre o Conselho e os Profissionais. De todas essas  
111 Conferências Regionais foram encaminhadas contribuições e indicados 3 representantes que  
112 trarão à Conferência Estadual as propostas da sua região. Informou que todos os Conselheiros  
113 receberão a convocação para participar da Conferência Estadual que ocorrerá nos próximos dias  
114 25 e 26 de novembro, com o objetivo de se ter uma grande discussão sobre os pontos que  
115 interferem no dia a dia da profissão. O Conselheiro **AFONSO CELSO BUENO MONTEIRO**  
116 questionou quanto ao local da Conferência, ao que o Presidente respondeu que possivelmente



117 será na Av. Paulista, no Club Homs. O Conselheiro **SILVIO ANTONIO DIAS** reforçou o pedido  
118 para a criação da regional de Franca, por se tratar de um anseio de todos os arquitetos da região,  
119 contemplar a 12ª regional do CAU/SP. O Presidente solicitou ao Chefe de Gabinete José Eduardo  
120 Tibiriçá, que listasse essa cidade para verificação do pedido. O Conselheiro **EDER ROBERTO**  
121 **SILVA** observou que todas as atividades do Conselho, não só de São Paulo, tinham que atender à  
122 Lei 8.666, lei de licitações, que sempre foram observadas, e por esse motivo, os pareceres  
123 sempre foram favoráveis à aprovação das contas do CAU/SP. Observou isso porque mesmo as  
124 atividades iniciais do Conselho, inclusive do CAU/BR sempre buscaram rituais de exceção que  
125 existem na própria lei 8.666. Ressaltou, quanto à Conferência, a importância de se ouvir os  
126 Conferencistas quanto as demandas das regionais, observando esse momento para observar  
127 todas as necessidades e colocações realizadas. O Presidente solicitou ao Coordenador da  
128 Comissão Especial de Organização da 2ª Conferência Estadual do CAU/SP **RONALD TANIMOTO**  
129 **CELESTINO** que fizesse um informe, que iniciou relatando o registro histórico da participação e  
130 envolvimento do profissional em todas as 11 etapas durante as Conferências Regionais. Ressaltou  
131 que a participação profissional foi maior do que na 1ª Conferência, o que demonstra que o CAU  
132 está no caminho certo e deve manter as Conferências. O que foi observado principalmente foi o  
133 aumento da participação e o interesse nos debates dos eixos temáticos propostos, em especial na  
134 questão da ética, quanto à Reserva Técnica. Foi discutido também questões relacionadas ao  
135 projeto executivo e o RDC. Outra questão importante verificada foi o ensino colocado de forma  
136 recorrente e a preocupação com a graduação e as escolas de arquitetura. O Balanço foi positivo,  
137 informou que as escolhas dos eixos temáticos foram acertadas e que nos próximos dias 25 e 26  
138 de novembro será o debate final. Quanto à participação dos profissionais nas regionais, a  
139 avaliação feita é que a quantidade de cidades que contemplam a regional e a quantidade de  
140 profissionais representantes não exprimem a realidade, e nesse contexto valeria a pena a  
141 reanálise no número de regionais, tanto para diminuir quanto para aumentar em alguns casos.  
142 Como proposta de encaminhamento, informou a possibilidade da criação de GTs pertinentes aos  
143 temas e às preocupações dos profissionais, observados na Conferência, que hoje não abrangem  
144 todos os acontecimentos no nosso meio profissional. Finalizou informando que a Comissão tem  
145 uma posição positiva da Conferência, que se realizou a contento no objetivo de conferir o estado  
146 da profissão. Como último informe o Presidente informou que consta no site do CAU/SP todas as  
147 discussões que foram feitas no Seminário sobre o Estatuto da Metrópole ocorrido no dia  
148 15/10/2015, e que foi criado no site do CAU/SP um banner específico dos GTs para a inclusão de  
149 informações dos trabalhos, onde todos tem se manifestado semanalmente na newsletter do  
150 CAU/SP. **ORDEM DO DIA Item 1 – Aprovação dos Valores de multas a serem aplicadas pelo**  
151 **CAU/SP – origem Comissão Permanente de Exercício Profissional** o Presidente informou que  
152 os Conselheiros receberam por e-mail a redação encaminhada pela Comissão de Exercício  
153 Profissional a respeito dos valores de multas à serem aplicadas aos profissionais decorrentes de  
154 infração à legislação do CAU. Essa legislação contemplava alguns valores que foram  
155 questionados por profissionais, o que exigiu da comissão uma nova reflexão e posicionamento





156 para apreciação e aprovação da Plenária. Convidou o Conselheiro Claudio Ferreira, Coordenador  
157 Adjunto da Comissão de Exercício Profissional para apresentar a nova planilha. O Conselheiro  
158 **CLAUDIO FERREIRA** informou que a resolução de número 22 de 4 de maio de 2012 dispõe sobre  
159 a fiscalização do exercício profissional de arquitetura e urbanismo, os procedimentos para  
160 formalização, instrução e julgamento de processos por infração à legislação e a aplicação de  
161 penalidade e outras providencias. Na sequência apresentou o texto original da resolução e a  
162 proposta para aprovação do CAU/SP sendo: 1) arquiteto e urbanista, sem registro no CAU,  
163 exercendo atividade fiscalizada por este conselho, infrator: Pessoa Física, valor da multa: mínimo  
164 de uma vez e máximo de duas vezes o valor vigente da anuidade. A comissão sugere que no caso  
165 mencionado a multa seja no valor de 1 e ½ da anuidade na primeira infração, em caso de  
166 reincidência, 2 anuidades. 2) arquiteto e urbanista com registro suspenso no CAU exercendo  
167 atividade fiscalizada pelo Conselho, infrator pessoa física, valor da multa: mínimo de uma vez e  
168 máximo de duas vezes o valor vigente da anuidade. A comissão sugere que no caso mencionado  
169 a multa seja no valor de 1 e ½ da anuidade na primeira infração, em caso de reincidência, 2  
170 anuidades. 3) arquiteto e urbanista com registro cancelado no CAU, exercendo atividade  
171 fiscalizada pelo Conselho, infrator pessoa física, valor da multa: mínimo de uma vez e máximo de  
172 duas vezes o valor vigente da anuidade. A comissão sugere que no caso mencionado a multa seja  
173 no valor de 1 e ½ da anuidade na primeira infração, em caso de reincidência, 2 anuidades. 4)  
174 arquiteto e urbanista com registro no CAU, regular, exercendo atividade fiscalizada pelo Conselho,  
175 sem ter feito o devido RRT, infrator pessoa física, valor da multa 300% do valor vigente da taxa do  
176 RRT. A comissão sugere que deve haver a manutenção da taxa mencionada pela resolução. 5)  
177 Acobertamento praticado por arquiteto e urbanista na função de responsabilidade técnica  
178 fiscalizado pelo Conselho executada por outro profissional ou por leigo, infrator pessoa física, valor  
179 da multa mínimo de duas vezes e máximo de cinco vezes o valor vigente da anuidade. A comissão  
180 sugere que no caso mencionado a multa seja no valor de 2 anuidades na primeira infração, em  
181 caso de reincidência, 5 anuidades. 6) Acobertamento praticado por profissional que exerce  
182 atividades compartilhadas por arquitetos e urbanistas nas funções de responsabilidade técnica nas  
183 atividades fiscalizadas pelo Conselho executada por outro profissional ou por leigo, infrator pessoa  
184 física, valor da multa mínimo de duas vezes e máximo de cinco vezes o valor vigente da anuidade.  
185 A comissão sugere que no caso mencionado a multa seja no valor de 2 anuidades na primeira  
186 infração, em caso de reincidência, 5 anuidades. 7) Exercício ilegal de atividade fiscalizada pelo  
187 Conselho por pessoa física não habilitada, leigo, infrator pessoa física, valor da multa mínimo de  
188 duas vezes e máximo de cinco vezes o valor vigente da anuidade. A comissão sugere que no caso  
189 mencionado a multa seja no valor de 4 anuidades na primeira infração, em caso de reincidência, 5  
190 anuidades. 8) Obstrução de fiscalização realizado por pessoa física, infrator pessoa física, valor da  
191 multa mínimo de uma vez e máximo de duas vezes o valor vigente da anuidade. A comissão  
192 sugere que no caso mencionado a multa seja no valor de 1 anuidade na primeira infração, em  
193 caso de reincidência, 2 anuidades. 9) Obstrução de fiscalização provocada por pessoa jurídica,  
194 infrator pessoa jurídica, valor da multa mínimo de duas vezes e máximo de cinco vezes o valor



195 vigente da anuidade. A comissão sugere que no caso mencionado a multa seja no valor de 3  
196 anuidades na primeira infração, em caso de reincidência, 5 anuidades. 10) Pessoa jurídica, sem  
197 registro no CAU exercendo atividade privativa de arquiteto e urbanista, infrator pessoa jurídica,  
198 valor da multa mínimo de cinco vezes e máximo de dez vezes o valor vigente da anuidade. A  
199 comissão sugere que no caso mencionado a multa seja no valor de 5 anuidades na primeira  
200 infração, em caso de reincidência, 10 anuidades. 11) Pessoa jurídica sem registro no CAU e no  
201 CREA exercendo atividade compartilhada de arquitetura e urbanismo e profissão fiscalizada por  
202 esse Conselho, infrator pessoa jurídica, valor da multa mínimo de cinco vezes e máximo de dez  
203 vezes o valor vigente da anuidade. A comissão sugere que no caso mencionado a multa seja no  
204 valor de 5 anuidades na primeira infração, em caso de reincidência, 10 anuidades. 12) Pessoa  
205 jurídica registrada no CAU, sem responsável técnico, exercendo atividade fiscalizada por esse  
206 Conselho, infrator pessoa jurídica, valor da multa mínimo de cinco vezes e máximo de dez vezes o  
207 valor vigente da anuidade. A comissão sugere que no caso mencionado a multa seja no valor de 7  
208 anuidades na primeira infração, em caso de reincidência, 10 anuidades. 13) Pessoa jurídica com  
209 registro cancelado no CAU exercendo atividade fiscalizada nesse Conselho, infrator pessoa  
210 jurídica, valor da multa mínimo de cinco vezes e máximo de dez vezes o valor vigente da  
211 anuidade. A comissão sugere que no caso mencionado a multa seja no valor de 9 anuidades na  
212 primeira infração, em caso de reincidência, 10 anuidades. 14) Demais casos, infrator pessoa física  
213 ou jurídica, valor da multa mínimo de uma vez e máximo de duas vezes o valor vigente da  
214 anuidade. A comissão sugere que no caso mencionado a multa seja no valor de 1 anuidade na  
215 primeira infração, em caso de reincidência, 2 anuidades. Essa é a visão da Comissão de Exercício  
216 Profissional para ser aprovada pela Plenária. O Presidente questionou se há alguma dúvida. O  
217 Conselheiro **DOUGLAS ELLWANGER** questionou se nos casos de reincidência em  
218 acobertamento a autuação poderia ter suspensão também, para que as pessoas em melhores  
219 condições financeiras não continuem cometendo essas infrações. O Presidente ressaltou que  
220 além da multa, podem ser aplicadas outras sanções, uma não isenta outra. O Conselheiro  
221 **FLAVIO MARCONDES** questionou se o estudo foi realizado para aumentar os valores das multas  
222 e qual a finalidade desses reparos e se para leigos ou não registrados como se aplicam as  
223 penalidades. O Presidente informou que o CAU/BR coloca uma variação de multa, a Comissão  
224 estipulou dois valores, um para a primeira infração e outra pela reincidência, para que não haja  
225 análise de aplicação de multa. Com relação ao leigo, o CAU/SP, por ser uma autarquia, pode  
226 aplicar a penalidade e a pessoa fica inscrita na dívida ativa da união, se não pagar a multa. O  
227 Conselheiro **CLAUDIO FERREIRA** reforçou que o motivo do trabalho da Comissão foi para  
228 responder o artigo 36 da resolução 22, sobre a gravidade da infração, cabe ao CAU/UF analisar a  
229 gravidade. O Conselheiro **EDSON JORGE ELITO** informou entender que foi feito uma correção de  
230 punição para primeira infração e reincidência, que antes estava variável, mas questionou o critério  
231 utilizado para o aumento de 1 para  $\frac{1}{2}$ . O Conselheiro **CLAUDIO FERREIRA** informou que por ser  
232 tratar de mínimo e de um item muito grave, principalmente por já ter passado o momento  
233 orientativo do CAU/SP, a Comissão entendeu que o valor deveria partir de 1 e  $\frac{1}{2}$ . O Conselheiro



234 **MARIO YOSHINAGA** questionou no caso de acobertamento, para a pena máxima de 5  
235 anuidades, pois na plenária extraordinária houve um caso em que foi aplicado a multa de 7  
236 anuidades. O Presidente informou que do ponto de vista legal, o que vale é a partir da aprovação  
237 da Plenária, para casos daqui para frente. Conselheiro **ÉDERSON DA SILVA** ressaltou que as  
238 multas em discussão são para casos de exercício profissional e não relacionados com a ética, que  
239 é pautada na resolução 52. Não havendo mais manifestações, o Presidente colocou em votação a  
240 aprovação da dos valores de multas a serem aplicadas pelo CAU/SP. Encerrada a votação, houve  
241 40 (quarenta) votos a favor, 2 (dois) votos contrários e 3 (três) abstenções. APROVADOS os  
242 Valores de Multas a serem aplicados pelo CAU/SP apresentada pela Comissão de Exercício  
243 Profissional; **Item 2 – Aprovação do chamado para edifício da sede própria do CAU/SP** o  
244 Presidente informou que a Comissão Especial para Compra/Aquisição da Sede Própria do  
245 CAU/SP realizou vistoria de vários edifícios que poderiam estar aptos a serem adquiridos pelo  
246 CAU/SP para se tornar a sede própria. Vários foram analisados, e juntamente com o  
247 departamento jurídico, foi verificado que a melhor maneira de adquirir uma sede seria através do  
248 chamamento público. Nesse sentido, a comissão deverá montar um termo de referência  
249 contemplando todas as necessidades do CAU/SP, exigências e localizações para que seja  
250 produzido um edital que será publicado no diário oficial, de firma a que os proprietários de imóveis  
251 que contemplem todas essas características, interessados na venda, apresentem propostas ao  
252 Conselho, que irá optar por uma delas. Informou que o objetivo na presente data é autorizar a  
253 comissão para que de sequência nesse procedimento. Antes da palavra da Conselheira, o  
254 Presidente a parabenizou por ser a nova Presidente Eleita da ABAP – Associação Brasileira dos  
255 Arquitetos Paisagistas. A Conselheira **JACOBINA VAISMAN**, agradeceu e informou que  
256 presidente, diretoria e todos os “Abapianos” estão fazendo uma grande força para juntar todas as  
257 entidades que compõem o CAU para o fortalecimento da profissão de arquitetura e urbanismo. Na  
258 sequência agradeceu aos Conselheiros que compõem a comissão principalmente com o trabalho  
259 e conteúdo desenvolvido, agradeceu à funcionária Litsuko e a Dra. Karina ao apoio necessário. A  
260 comissão procurou responder através das pesquisas às 3 (três) perguntas, sendo: o que  
261 precisamos? Onde vamos nos localizar? E o que o mercado oferta? A Comissão teve 6 (seis)  
262 reuniões ordinárias e 3 (três) reuniões extraordinárias entre junho e novembro deste ano. Informou  
263 que foram várias as discussões sobre os critérios adotados, chegando à seguinte definição: O  
264 projeto do edifício deve ser de um profissional arquiteto e urbanista; por questões de mobilidade e  
265 acessibilidade, o imóvel não deve distar mais de 300 (trezentos) metros de estação de metrô;  
266 localização no centro expandido da cidade; área privativa de 1.500 (hum mil e quinhentos) a 2.000  
267 (dois mil) metros quadrados; acesso independente para o CAU/SP; lajes, por se tratar de ambiente  
268 corporativo, igual ou maior a 500 (quinhentos) metros quadrados, para proporcionar um ambiente  
269 favorável ao trabalho dos nossos colaboradores; andares contíguos; preferencialmente piso  
270 elevado para a instalação dos equipamentos necessários; disponibilidade de instalação de  
271 infraestrutura de informática, telefonia, etc.; sistema de ar condicionado já instalado; quantidade  
272 mínima de 30 (trinta) vagas privativas de garagem no imóvel; imóvel passível de adequação às



273 normas técnicas de acessibilidade universal; possuir previsão de instalação de gerador elétrico;  
274 preço por m<sup>2</sup> (metro quadrado) compatível com o mercado; e proximidade de serviços de  
275 alimentação e hospedagem. A área definida, do centro expandido, é bastante ampla e a busca é  
276 próxima às estações de metrô. Na pesquisa de mercado, foram consultadas 17 (dezesete)  
277 empresas inclusive órgãos públicos, verificando junto à prefeitura de São Paulo e ao INSS o  
278 interesse na cessão de local público. Foram pesquisados 13 (treze) edifícios monousuários, com  
279 valor médio do m<sup>2</sup> de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) e edifícios 19 (dezenove) edifícios corporativos  
280 com o valor médio do m<sup>2</sup> em R\$ 12.000,00 (doze mil reais). A proposta da Comissão é a chamada  
281 pública, com base nos critérios apresentados, com a finalidade de assegurar o princípio da ampla  
282 publicidade usado na administração pública na legislação vigente. O Presidente informou que a  
283 Comissão é composta pelos membros: Rogério Batagliesi, Silvana Serafino Cambiaghi, Luciana  
284 Rando de Macedo Bento, Bruno Ghizellini Neto, Silvio Heilbut, Gerson Geraldo Mendes Faria, Luiz  
285 Fisberg, Violêta Saldanha Kubrusly, Pietro Mignozzetti e questionou se haviam dúvidas. O  
286 Conselheiro **MARIO YOSHINAGA** informou que em sua opinião o empreendimento do CAU/SP,  
287 na aquisição de imóvel imobilizando um capital, pode ser realizado através do sistema “BTS” (sigla  
288 em inglês que significa “construído sob medida para o cliente”), sendo uma forma de não  
289 imobilizar o capital e no prazo de 20 (vinte) anos pagar o equivalente a um aluguel, com 20%  
290 (vinte por cento) a mais e ao final imóvel é do CAU. Fez o levantamento dessa hipótese visto  
291 todas os requisitos apresentados pela comissão. O Conselheiro **NILSON GHIRARDELLO**  
292 ressaltou que no item que diz, até 300 (trezentos) metros de estação de metrô seja incluído “de  
293 estação de metrô em funcionamento” devido à necessidade de clareza por se tratar de edital. O  
294 Conselheiro **ROGÉRIO BATAGLIESI** respondeu a colocação do Conselheiro Mario, como sendo  
295 uma ideia excelente, devendo ser levada adiante após a aquisição do espaço atual, visto que as  
296 verbas do conselho podem ser assediadas pelo governo federal, e a destinação dela deve ser  
297 imobilizar em algum imóvel. Foi pensado o “BTS” principalmente se conseguirmos fazer com que  
298 ele seja propriedade dos arquitetos. Faz parte do plano, após a compra da sede, comprar um  
299 terreno e fazer um concurso, como todos gostariam. Não havendo mais manifestações, o  
300 Presidente colocou em votação a aprovação do chamado para edifício da sede própria do  
301 CAU/SP. Encerrada a votação, houve 40 (quarenta) votos a favor, 2 (dois) votos contrários e  
302 nenhuma abstenção. **APROVADO; Item 3 – Informes das atividades da Diretoria de Relações**  
303 **Institucionais.** O Presidente informou que foi iniciativa da Diretoria a apresentação em todas as  
304 plenárias do trabalho desenvolvido por todas as áreas do Conselho, na passada foi realizada a  
305 apresentação da Diretoria de Ensino e Diretoria Técnica, nessa plenária seria realizada a  
306 apresentação da Diretoria de Relações Institucionais, e finalizando a apresentação das diretorias  
307 inicia-se a apresentação das comissões e na sequência dos grupos de trabalho, com o objetivo de  
308 divulgar todas as atividades que estão sendo realizadas. O Diretor de Relações Institucionais  
309 **CARLOS ALBERTO SILVEIRA PUPO** chamou o Diretor Adjunto **PIETRO MIGNOZZETTI**,  
310 informou que iria realizar uma breve apresentação e que a diretoria está aberta a receber  
311 propostas e sugestões que engrandecem ao Conselho. Iniciou informando que a Diretoria atua





312 junto à várias entidades, órgãos públicos e entidades privadas na defesa dos interesses dos  
313 arquitetos. A missão da DRI – Diretoria de Relações Institucionais, é ser o mediador entre as  
314 entidades e ter uma interação com todas elas, planejando e efetuando contatos, gerindo as  
315 relações entre o Conselho e seus parceiros. A principal atuação da DRI está na participação em  
316 eventos, convênios, patrocínios, CAU itinerante, stand, CAU Universitário e CAU 1.0. Os eventos  
317 são participações em feiras, palestras, seminários, colóquios e demais ações. As ações foram  
318 divididas em apoio e convênios. Nos apoios a participação do CAU não envolve recurso financeiro,  
319 apenas trocas institucionais, onde a Diretoria entende ser muito importante para divulgar a marca  
320 CAU que deve ser fortalecida. O documento chamado “Diretrizes para Projetos de Concessão” foi  
321 confeccionado para formalizar os apoios firmado entre as partes, dando direito às contrapartidas  
322 entre as entidades participantes. Apresentou a planilha dos projetos apoiados em 2015, e  
323 ressaltou que em alguns eventos como na Revestir, a FEICAD e a GREEN BUILDING, houve  
324 atendimento aos profissionais, estudantes e leigos, além da coleta biométrica que foi realizada  
325 paralelamente ao atendimento no stand. O que mobiliza a continuação na luta do fortalecimento  
326 da marca são atitudes vistas por profissionais de que o CAU está no caminho certo, querendo se  
327 aproximar dos profissionais. Explicou que os convênios são parceiros com entidades públicas ou  
328 privadas dos poderes executivo, legislativo ou judiciário, em todas as esferas, sendo dentre eles o  
329 convenio com a ABNT, com a Defensoria Pública do Estado, um projeto com a Defensoria Pública  
330 de Sorocaba e o SEBRAE que está com a Diretoria Financeira. O Convenio com a ABNT atende o  
331 CAU/SP em 56 pontos de consulta que foram distribuídos na região metropolitana, em 30 (trinta)  
332 cidades e nas sedes do CAU/SP. O profissional tem acesso para visualizar as normas técnicas,  
333 sem limite. Já foram confirmados 30 (trinta) pontos implantados, 15 (quinze) em fase de  
334 negociação e 9 (nove) pontos em aberto. O convenio com a Defensoria recebeu um pequeno  
335 ajuste do projeto inicial da gestão passada, onde a DRI pleiteou a revisão dos valores praticados e  
336 a estipulação de um escopo mínimo de trabalho para que os profissionais não ficassem  
337 sobrecarregados por um valor aviltante. Essa ação já foi feita junto à Defensoria, existe uma  
338 proposta reedição dessa tabela no próximo ano com a revisão dessa tabela. Foi percebido que as  
339 pessoas entenderam que o pagamento está bem abaixo do valor de mercado, e o número de  
340 inscrições reduziu. O projeto com a corregedoria de Sorocaba é para acompanhamento das obras  
341 do município, mas está estacionado, pois o corregedor que tinha interesse em montar esse  
342 convenio com o CAU, foi reconduzido. O Trabalho junto ao SEBRAE de cursos a distância, sofreu  
343 também uma adequação no acompanhamento da DRI e foi solicitado que fosse estendido o EAD  
344 para cursos presenciais com foco também no arquiteto e não somente no empreendedorismo, que  
345 ainda não foi fechado, mas a DRI está trabalhando para essa conquista. Surgiram outros projetos,  
346 como o estudo e pesquisa para discussão de aprovação de projetos em órgãos públicos, como  
347 demanda do próprio pessoal do SEBRAE e a DRI está em fase de estudo. Por fim, foi possível  
348 mobiliza-los para a possibilidade de conversar sobre a inserção, junto ao SEBRAE, com o objetivo  
349 de sensibilizar os empresários com relação aos projetos de acessibilidade e de desenho universal  
350 que será o diferencial dessa parceria. Eles possuem uma pessoa que cuida do contato com os



351 empresários e eles entendem a necessidade de fazer esses atendimentos, não só por força de lei,  
352 mas por iniciativa própria, visto que esse mercado já existe e a DRI entende que é uma  
353 oportunidade das implantações de acessibilidade seja por interesse dos empresários e não por  
354 força de lei. O CAU Universitário é um projeto da gestão anterior e na última plenária a Diretoria de  
355 Ensino e Formação encaminhou-a a DRI, e em breve será retomado. Ressaltou que esse projeto  
356 foi inclusive citado durante as Conferências Regionais e respondido prontamente que ele não será  
357 abandonado, mas sim encampado. O Projeto Arquiteto 1.0, que está sendo apresentado,  
358 contempla que seja criado mecanismos para que cidades que não tem profissionais arquitetos e  
359 urbanistas, assumam pelo menos um profissional. A ambição da diretoria é que até o final dessa  
360 gestão todas as cidades contemplem pelo menos um profissional arquiteto e urbanista que leve a  
361 arquitetura, o planejamento e o urbanismo até as cidades mesmo menores. O CAU Itinerante  
362 contempla na adaptação da van em uma unidade volante que percorra o estado inteiro atendendo  
363 as cidades que não contemplem regionais nas demandas profissionais com atendimento e coleta  
364 biométrica. A DRI está solicitando desde o começo da gestão a aquisição de um stand, que fosse  
365 montado e desmontado, sob os cuidados do CAU e que tivessem duração de no mínimo uma  
366 gestão (três anos) para participação de feiras e eventos. Os patrocínios vieram da Diretoria  
367 Financeira para acompanhamento dos trabalhos realizados através dos editais. Os resultados têm  
368 sido positivos e a DRI tem acompanhado todos os eventos patrocinados com resultado muito  
369 satisfatórios, surpreendendo em qualidade e objetivo, estando acima da média. Nas Conferências  
370 Regionais, o pedido principal é a proposta dessa “regionais itinerantes”. Algumas das entidades  
371 patrocinadas estão em cidades que não possuem uma regional do CAU, e essa demanda também  
372 vem deles. Outro trabalho realizado são as montagens de kits com materiais que o CAU/SP  
373 disponibiliza para distribuição. Para finalizar a DRI faz parte como colaborador das comissões de  
374 Comunicação da 2ª Conferência. Parabenzou todos da Conferência pelo resultado obtido até o  
375 momento, informou que fez parte de algumas mesas, respondeu algumas perguntas e citou a  
376 colocação de uma participante da Conferência Regional de Bauru que diz: “Eu estive na primeira,  
377 estou na segunda a estarei na terceira, porque o que a gente entende é que o trabalho que vocês  
378 estão fazendo, de vir até nós é um diferencial que tem que ser levado em consideração”, e deixou  
379 claro que é um trabalho que não pode terminar e deve continuar. Agradeceu a confiança do  
380 presidente na Diretoria, a todos os diretores do CAU e a equipe da DRI. O Presidente questionou  
381 se haviam dúvidas e na sequência passou para o **Item 4 – Palavra dos Srs. Conselheiros**,  
382 estavam inscritos os Conselheiros **PAULO ANDRÉ CUNHA RIBEIRO** que reforçou o fato de estar  
383 ocorrendo o encontro estadual do SASP, e convidou a todos para participar, visto que o debate  
384 está intenso nos temas da crise urbana e da participação do arquiteto e urbanista. O evento conta  
385 com a participação de vários arquitetos do estado e os debates reforçam os temas abordados na  
386 2ª Conferência. Uma das questões levantadas foi a presença do CAU, que é um patrocinador do  
387 evento, para ter alguém indicado pela Presidência que possam estar respondendo algumas  
388 questões nas mesas que ocorrem até o próximo sábado. O Presidente informou que esteve  
389 presente na abertura e o CAU fez uma ampla divulgação do evento pelas newsletter e redes



390 sociais. O Conselheiro **EDER ROBERTO DA SILVA** reforçou o convite do encontro do SASP e  
391 agradeceu aos esforços do CAU/SP na divulgação e apoio ao evento. Ressaltou a importância da  
392 valorização das parcerias com as entidades que fortalecem as entidades, que constituem o CEAU  
393 e devem trabalhar junto ao Conselho de uma forma aberta. Parabenizou e valorizou a iniciativa da  
394 Comissão da Sede, apresentada pela Jacobina Vaisman, onde acredita ser o melhor caminho. O  
395 Presidente enfatizou de que nessa gestão a intenção é trabalhar com todas as entidades de  
396 arquitetos, e fez questão de estar presente na abertura do evento do SASP e na divulgação do  
397 mesmo. Como será contemplado na Conferência o convite na abertura e na mesa do CEAU.  
398 Conselheiro **MARCELO BARRACHI** comunicou que a Comissão Permanente de Legislação e  
399 Normas - CPLN está trabalhando no regimento interno, fazendo as reformulações a pedido do  
400 CAU/BR. Deixou claro que não está sendo feita nenhuma reformulação exagerada na estrutura do  
401 CAU e tudo está sendo elaborado com o apoio do departamento jurídico e da diretoria  
402 administrativa. Informou acreditar que a reformulação deve ser finalizada no início do ano que  
403 vem, e solicitou ao presidente para que seja agendada uma plenária para a reformulação do  
404 regimento interno do CAU/SP. Finalizada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e  
405 finalizou a reunião.

406 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**  
407 **Presidente do CAU/SP**